



Presidente p.2

“Troika governativa só sabe fazer o que é fácil”



Presidente p.11

“Ouvir os açorianos antes do debate eleitoral”

POVO LIVRE



n.º 1934

7 de setembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“SOLUÇÃO GOVERNATIVA ESTÁ ESGOTADA”



■ O Presidente do PSD na Universidade de Verão em Castelo de Vide



Festa do Pontal

“Troika governativa só sabe fazer o que é fácil”

O Governo deve corrigir a trajetória que está a seguir, porque os indicadores económicos estão a ser “desmentidos pela realidade”. Na Festa do Pontal, em Quarteira, 14 de agosto, o presidente do PSD alertou que o Executivo terá de avaliar “devidamente, na preparação agora do Orçamento do Estado para 2017, qual a melhor maneira de corrigir a trajetória que vem seguindo”, “sobretudo dando credibilidade aos números que vieram a apresentar”.

Pedro Passos Coelho recordou que ainda “nenhum membro do Governo” falou dos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), considerando que os dados revelados “não são números bons, de facto”.

Apesar disso, o líder do PSD enfatizou que não é um pessimista: “Não é uma questão de opinião. Gostava de estar mais otimista para o país, porque isso era um bom sinal para toda a gente”. “É muito negativo quando os governantes fazem de conta que não veem a realidade e isso normalmente é um mau sinal para o futuro, e eu gostaria que o nosso futuro pudesse ser melhor do que aquilo que os números que agora vêm sendo divulgados apontam”, disse.

De acordo com Passos Coelho, a solução de Governo, apoiada pela maioria parlamentar do BE, PCP e PEV, “está esgotada”, considerando que o executivo socialista “só sabe fazer o que é fácil, e o que é difícil, o que exige alguma coragem, o que exige algum reformismo, isso não mora neste Governo”.

“Esta ‘troika’ governativa só sabe fazer o que é fácil. Depois do que é fácil, acabam-se as boas ideias”, realçou, referindo que o atual Governo “não tem nada para oferecer do ponto de vista económico, a não ser estagnação e, eventualmente, o conflito com credores, com as instituições europeias e com os investidores”, insistiu.



Apesar de sentenciar o “esgotamento” do Governo, Passos Coelho acredita que a solução “até pode durar até ao fim da legislatura”.

Para 2017, PS, PCP, BE e PEV “lá tratarão de aprovar o Orçamento do Estado”, asseverou.

Passos Coelho considera que as forças políticas que apoiam o Governo “estão unidas nesta solução”, ensaiando umas “discordâncias apenas para ver se conseguem manter algum espaço próprio”.

Realçando várias vezes que a economia do país está “estagnada”, o antigo primeiro-ministro criticou ainda a falta de respostas por parte do executivo do PS, para “explicar o que se passa com a economia”.

Quando o Governo falha, “não há um membro a explicar ou a dar a cara. É impossível encontrar um membro do Governo”, constatou, referindo que o ministro da Economia, o ministro das Finanças ou o primeiro-ministro poderiam dar uma explicação.

No entanto, Passos Coelho disse que não sabe se António Costa não estará “em alguma mesa de café a recordar aos membros do seu Governo como se devem comportar, sendo que não consegue porque eles esquecem-se todos os dias dos conselhos que ele lhes dá”.

O Governo sabe que, no PSD, “há lá um tipo que não se importa de dar as más notícias”, apontou, referindo, já no final do seu discurso, que o partido que lidera leva “a sério” o país e fará o que “é difícil” e “o que é preciso”.





Na abertura do discurso, Passos Coelho reservou uma palavra “a todos aqueles em Portugal que sofreram com os incêndios”. O líder social-democrata lamentou a perda de vidas humanas e quem “perdeu os seus haveres” nos fogos que têm fustigado Portugal neste verão. Passos Coelho dedicou uma palavra ao esforço de bombeiros, autarcas e demais envolvidos na resposta aos fogos deste verão.



Universidade de Verão do PSD

“Solução governativa está esgotada”

“O PSD não tem pressa em regressar ao governo”, porque Portugal é mais importante do que “salvar a pele” ou um obter “resultadinho” nas eleições. “Verdadeiramente importante não é termos pressa de regressar ao poder, ao governo, para nos desferrarmos, para voltarmos a ser o que já fomos, isso não interessa nada”, afirmou o presidente social-democrata, no encerramento da Universidade de Verão do PSD, 4 de setembro, em Castelo de Vide.

Sublinhando que é sempre preciso escolher o que a cada um parece certo, Pedro Passos Coelho garantiu que ninguém ouvirá o PSD dizer “que se lixe o país, o que é preciso é salvar a pele”, porque para o PSD “o que importa é o país e os portugueses”.

Falando perante cerca de 100 jovens que frequentaram a Universidade de Verão do PSD, entre 29 de agosto e 4 de setembro, em Castelo de Vide, Passos Coelho lembrou quando, em 2012, disse “que se lixem as eleições”, explicando que na altura quis dizer por “palavras simples” que se preocupava mais em salvar o país do que em salvar a sua “pele” e nos resultados eleitorais do partido.

“Se as duas coisas forem conciliáveis tanto melhor, mas se tiverem de escolher entre aquilo que vos parece firmemente certo e um resultadinho na eleição seguinte, escolham sempre aquilo que vos parece inteiramente certo”, aconselhou.

Passos Coelho esclareceu que não será “cúmplice de uma solução em que o país tenha de passar por novos sacrifícios”. “Não venham no futuro, aqueles que hoje tomam as decisões, vir responsabilizar pelos resultados os que chamaram a atenção para os erros que estavam a ser cometidos”, disse, insistindo que espera que, quem governa, o faça a pensar no futuro.

Recusou ainda seguir pelo caminho dos “ataques pessoais”, advogando que acusações de natureza pessoal não devem estar no debate político. “Às vezes parece que podia ser justo que eles provassem do seu próprio veneno, porque muitas vezes eles nos fizeram isso no passado”, ironizou.

O líder do PSD entende que a atual solução governativa está condenada ao “fiasco e ao fracasso”, sublinhando que PS, BE e PCP apenas se entendem para gerir o dia-a-dia e qualquer reforma provoca desentendimentos. “Esta solução está condenada ao fiasco e ao fracasso. Porquê? Porque não tem capacidade reformadora, se tiverem de reformar alguma coisa desentendem-se todos, não há apoio para o fazer”, afirmou.



Referindo que o Governo socialista apenas consegue apoio dos seus ‘parceiros’ para desfazer reformas feitas pelo anterior executivo de maioria PSD/CDS-PP, anteviu que o executivo de António Costa até pode chegar ao final da legislatura, mas não conseguirá “gerar um grama de expectativa positiva sobre o futuro”. “Esta solução de governo está esgotada, concentra-se no curto prazo, no imobilismo”, venceu, insistindo que é necessário arrear o caminho.

“Não vale a pena vir com espantinho da austeridade, a austeridade foi iniciada pelos socialistas em 2010”, frisou.

“De que é que precisamos? De leis que estejam hoje mais voltadas para proteger os direitos adquiridos ou de leis que estejam orientadas para responder às necessidades de quem ainda não entrou no sistema, de quem não beneficiou ainda dos privilégios que foram distribuídos no passado? Se queremos ter futuro temos de perguntar a cada um dos instalados de hoje se quer pensar no dia-a-dia ou se quer pensar no futuro dos seus filhos e dos seus netos”, sustentou.

Numa intervenção de quase uma hora, Passos Coelho voltou ainda ao tema dos resultados económicos, lembrando que os resultados mostram que apesar do Governo estar a devolver rendimentos “a um ritmo acelerado” o consumo não está a crescer ao ritmo esperado e o investimento está a “cair a pique”, enquanto a economia cresce muito menos do que o esperado, regressando ao ritmo de 2014.





O líder do PSD alertou ainda para a necessidade de avançar com reformas na saúde, educação, segurança social e sistema de pensões, recusando um país “fechado sobre si próprio”, que olha apenas para o mercado interno que “é pequenino”. “Não podemos ser protecionistas, discriminar investidores, dividi-los entre filhos e enteados”, defendeu.

Recrudescimento dos populismos

O líder do PSD referiu-se também ao recrudescimento do populismo e da demagogia de esquerda e de direita na Europa. “Certos nacionalismos estão novamente a enraizar-se e tomar voz e, no centro moderado, começam a aparecer políticos que em desespero, com medo do que esses radicalismos de esquerda e de direita possam promover substituem o seu discurso moderado, realista por outro mais radical, com medo de deixar a demagogia e o radicalismo triunfarem à sua esquerda ou à sua direita”, afirmou. Lembrando que “no PSD essas tentações não existem”, Passos Coelho alertou que “quem diz aquilo em que não acredita por conveniência tática, quem se quer apresentar como quem não é para impedir o radicalismo acaba sempre por morrer às mãos do radicalismo e da demagogia”.

Depois de um discurso centrado nas críticas ao Governo, na parte final da sua intervenção Passos Coelho falou ainda da Europa, reconhecendo que a União Europeia não será a mesma depois da saída do Reino Unido.

Contudo, defendeu, é preciso recusar a visão “radical” de que Portugal também deve sair e a ideia de que a Europa é a fonte do mal.

Recorrendo ao exemplo grego, o líder do PSD aconselhou aqueles que têm dúvidas a olhar para o que aconteceu na Grécia e a Alexis Tsipras. “Quando faltou dinheiro na caixa multibanco, Tsipras assinou o terceiro resgate”, recordou, sublinhando que o primeiro-ministro grego percebeu que, saindo da Europa, o que esperava os gregos era “o caos, a anarquia e o desastre”.

“Se a Grécia não saiu do euro e da União Europeia



pela mão de uma força política como o Syriza, não vale a pena perder mais tempo com esse radicalismo de pensar que a Europa é a fonte de todos os problemas”, advogou.

Por isso, salientou, é preciso acabar com a ideia de que a Europa do Sul tem de se organizar “para bater o pé” à Europa do Norte, porque “não é fazendo estas divisões que a Europa vai progredir”.

Antes de Passos Coelho, o líder da JSD, Simão Ribeiro, tinha também deixado duras críticas ao Primeiro-Ministro, que disse estar “a mais na política portuguesa”. “Não tenho qualquer problema em afirmar: António Costa está a mais na política portuguesa, é mesmo todo o Governo que está a mais”, declarou.

Alinhando nas críticas que ao longo da semana foram sendo ouvidas em Castelo de Vide, Simão Ribeiro

foi ainda mais longe, considerando mesmo que a única linha política do Governo é a sobrevivência: “António Costa quer chegar ao fim do dia e dizer ‘bolas consegui mais um dia ser primeiro-ministro’”.

“É útil que a experiência grega possa ser avaliada aos olhos dos portugueses”

Numa declaração no final de um encontro com o líder da Nova democracia, Kyriakos Mitsotakis, o presidente social-democrata adiantou que na reunião foram trocadas impressões sobre o que se passa em Portugal e assinalou o facto de ser “muito útil que a experiência grega possa também ser avaliada aos olhos do portugueses”. O líder do PSD referiu-se à posição próxima e alinhada do PSD e

da Nova Democracia grega sobre a estratégia necessária para superar as insuficiências dos modelos que estão a ser executados em Portugal e na Grécia. “O que melhor se extrai da nossa conversa é que, tratando-se ambos de líderes de partidos que estão na oposição, nos cabe em qualquer caso, na Grécia como em Portugal, olhar para o futuro e apresentar uma visão de estratégia para o futuro que possa superar aquilo que são as insuficiências dos modelos que estão a ser executados nos dois países e creio que a posição dos nossos dois partidos é uma visão bastante próxima e bastante alinhada”, disse.

No encontro, que decorreu dia 3, em Castelo de Vide, na Universidade de Verão do PSD, foram também trocadas impressões sobre a situação europeia e sobre a importância que o PPE pode ter para responder à saída do Reino Unido da União Europeia (UE) e em relação às reformas necessárias na União Económica e Monetária e na UE para vencer os “populismos emergentes”, acrescentou o líder do PSD: “Creio que o PPE é com certeza uma plataforma de partidos que oferece nesta altura uma visão mais inconformada e que melhor pode liderar essa reforma europeia que é tão necessária para superar bem as dificuldades, sobretudo políticas, que decorrerão da saída do Reino Unido da União Europeia”.

Jorge Moreira da Silva: “O Governo das esquerdas tem como único objetivo resgatar o passado”

A 14.ª edição da Universidade de Verão do PSD começou na segunda-feira, 29 de agosto, com um painel subordinado ao tema “O Futuro das Cidades”. O vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, afirmou que espera que o PS “acorde” para as políticas de cidades, energia e do ambiente, lamentando que o país seja observado na Europa como “um deserto” nestas áreas. “Eu espero que o atual governo acorde, eu espero que o PS perceba que este condicionamento a que está sujeito pela aliança que criou está na prática a criar um dano não só ao PS, mas um dano a Portugal”, afirmou.

“Hoje, as instituições europeias, os outros governos, aqueles que nos observam de fora, dizem que na área do ambiente e na área energia somos um deserto. Quer isso dizer que as reformas estruturais que fizemos e que deram resultado, em apenas um ano, não foram quatro anos, conseguiram criar um dano reputacional que urge reparar”, acrescentou o vice-presidente do PSD.

Jorge Moreira da Silva acrescentou ainda que Portugal foi um exemplo em diversas áreas e que, nesta altura encontra-se numa posição “problemática”. “É inaceitável que tendo Portugal conseguido cortar quatro mil milhões de euros nas rendas excessivas, conseguindo passar de 45% para 62% de eletricidade renovável em quatro anos, tendo conseguido multiplicar por cinquenta o número de veículos elétricos nas cidades, de repente, com reversões, hesitações e recuos, apenas por revanchismo, tenha-se passado de uma posição de liderança para uma posição problemática”, disse Jorge Moreira da Silva.

“O Governo das esquerdas tem como único objetivo resgatar o passado, tem medo do futuro e quer basicamente resgatar o passado. Resgatar o passado na Europa, resgatar o passado no Estado, resgatar o passado em Portugal e, por isso, os verbos que conjuga são os verbos recuar, reverter, revogar”, criticou Jorge Moreira da Silva, durante a sua intervenção.

Jorge Moreira da Silva assegurou que PSD quer “reabilitar” e “construir” o direito ao futuro assim que chegue ao Governo, com “reformismo” na sua ação: “Temos uma ambição clara, queremos colocar Portugal como uma das principais referências mundiais do desenvolvimento económico, social e ambiental. E acreditamos que é possível”.

“Se há fator que distingue o PSD dos outros partidos, em especial dos partidos que hoje governam, é precisamente a circunstância de assumirmos o reformismo como principal método de intervenção política”, salientou o 1.º vice-presidente do PSD.

Na sessão de abertura da Universidade de Verão,



estiveram também presentes Carlos Coelho, diretor da Universidade de Verão, Pedro Reis, presidente do Instituto Sá Carneiro, Simão Ribeiro, líder da JSD, António Nobre Pita, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide e Duarte Freitas, presidente do PSD Açores.

Maria Luís Albuquerque: “CGD é uma sucessão de trapalhadas”

No segundo dia da UV2016, Maria Luís Albuquerque caracterizou o processo da Caixa Geral de Depósitos (CGD) como “uma sucessão de trapalhadas” e elogiou a “retidão” da administração que ainda está em funções. A vice-presidente do PSD considerou que “aquilo que tem sido feito é um manual do que não se deve fazer ou do como não se deve fazer”, disse, classificando o processo da CGD como “uma sucessão de trapalhadas que desrespeita a instituição e desrespeita o conselho de administração que ainda está em funções”.

Elogiando a “retidão” e a disponibilidade da atual administração para manter a instituição a funcionar apesar das dificuldades e do desrespeito que lhe tem sido manifestado, a vice-presidente do PSD disse ser necessária uma palavra de elogio. “A administração que agora está de saída merece essa palavra de elogio”, sublinhou, lamentando que a nova administração vá entrar “desnecessariamente fragilizada”, o que é “algo que nunca se deve pretender para uma instituição com a importância e a relevância da CGD”.

Maria Luís Albuquerque voltou a criticar a ausência de explicações por parte do atual Governo sobre o acordo de princípio que está a ser negociado desde abril e sobre o qual ainda pouco se conhece. “Há muitas coisas que ainda não sabemos e que é fundamental que se venham a saber, nomeadamente quanto é que isto custa aos portugueses e quanto custa de várias formas”, referiu.

Insistindo que deveria ser o atual executivo a explicar com clareza o plano que está a ser negociado, e não deixar essa tarefa para a administração do banco público, Maria Luís Albuquerque apontou algumas das perguntas para as quais ainda não existe resposta. “Quais são os custos de reestruturação? O que é que isso tem de implicação na atividade da Caixa, na implantação no território, aquilo que tem de impacto na sua componente de negócio internacional, o que é que vai acontecer também nessa frente? E, muito importante, para quê? Porque é que está a ser feito isto na CGD, o que é que a CGD vai ser capaz de fazer mais e melhor com as condições que este plano lhe dará”, questionou.

A vice-presidente do PSD criticou o caminho seguido pelo atual Governo de “repetição do que já foi feito”, lembrando que o resultado foi uma crise financeira e um pedido de resgate.

No regresso à Universidade de Verão do PSD, Maria Luís Albuquerque recordou que a aposta na distribuição de recursos internos do atual governo para consumo interno já foi testada no passado e resultou numa crise financeira que obrigou um pedido de resgate. “Quando se desenvolve um modelo que diz que é com o aumento do consumo, com o estímulo da procura interna que nós vamos conseguir crescimento, aquilo que nós podemos estranhar é porque é que alguém se surpreende com o resultado que estamos a assistir”, vincou, insistindo que se trata de “uma repetição do que já foi feito antes”.

Recusando as “desculpas” do “inimigo do costume”, ou seja, as crises externas, porque países com a mesma envolvente externa apresentam taxas de crescimento muito superiores à portuguesa porque estão “a fazer as

riqueza”, disse, considerando que procurar distribuir o que não se tem é apenas distribuir mais dívida, mais impostos e mais encargos futuros.

A antiga ministra das Finanças falou sobre “O papel do Estado: amigo do crescimento ou cúmplice da crise”.

Duarte Freitas: “Nos Açores, 20 anos de regime socialista provocaram o baixar das guardas”

“Nos Açores, 20 anos de regime socialista, provo-



escolhas certas”, a vice-presidente do PSD disse estar a ter uma sensação de ‘déjà vu’, recordando que não foi assim há tanto tempo que a atenção internacional estava focada em Portugal pelos piores motivos.

“O que é penoso é perceber quão rapidamente se destrói aquilo que foi tão difícil construir e exigiu tantos sacrifícios dos portugueses”, lamentou, considerando que as dúvidas que os investidores já apresentam são um “sinal de alerta” que não pode ser ignorado.

“A esquerda tem uma enorme vontade de distribuir riqueza, mas uma aparente falta de vontade de criar

caram o baixar das guardas da defesa da verdadeira representação democrática, da defesa do Estado de Direito, da igualdade de oportunidades e de equidade”, afirmou Duarte Freitas, líder do PSD/Açores e candidato social-democrata às eleições regionais de 16 de outubro nos Açores.

Duarte Freitas acrescentou ainda que 20 anos de poder socialista “geram conivências e proteções recíprocas que desvirtuam a procura do bem comum e a boa governação”.

O líder do PSD/Açores defende para aquela região outro modelo de governação, onde estejam inseridas a “justiça e equidade”.

“A genética leva ao favorecimento da família, todos nós sabemos disso, a amizade e a troca de favores levam ao compadrio, todos nós experimentámos isso e vemos isso, e a corrupção corrói as instituições. Estes fatores retiram o foco dos governos das sua missão principal que é, ou devia ser, trabalhar para o bem comum e governar com justiça e equidade”, disse.

Duarte Freitas assegura que está envolvido num “combate”, em busca da “renovação e do fortalecimento” da sociedade, da economia e da democracia dos Açores.

“Conto com a ajuda de todos nesta luta em que o PPD/PSD se envolve nos Açores em favor de uma causa maior”.

Carlos Moedas defende Europa aberta e forte

O comissário europeu Carlos Moedas defendeu uma Europa “aberta” e forte, considerando que a decisão tomada sobre a recuperação de impostos não cobrados à Apple foi “corajosa”. “[Uma empresa] pode estar na Europa mas tem de pagar impostos como as outras



empresas, não pode estar aqui por uma questão de não apenas pagar impostos. Esta decisão foi muito corajosa e é uma decisão importante para a Europa e mostra que a Europa está forte”, afirmou durante a UV2016, 1 de setembro, no painel “Europa Digital: Oportunidade ou ficção?”

A necessidade de uma Europa forte e aberta foi uma das mensagens deixadas pelo comissário europeu aos ‘alunos’ da Universidade social-democrata, com Carlos Moedas a recusar a ideia defendida pelos populistas de “fechar a Europa”.

“A guerra política que temos na Europa é entre aqueles que querem fechar a Europa e aqueles que querem abrir a Europa”, disse ainda dentro da ‘aula’.

Cá fora, aos jornalistas, Carlos Moedas recuperou a mensagem defendendo que é preciso que as pessoas acreditem cada vez mais na Europa: “Vivemos num mundo em que a Europa se está a fechar, em que os partidos políticos populistas pensam que é fechando a Europa, tornando-a mais protecionista que vamos ter uma vida melhor”.

Contudo, acrescentou, é precisamente assinando tratados comerciais com os Estados Unidos da América ou o Canadá que se pode criar mais riqueza para o futuro. “A Europa vive um momento difícil, nós vivemos um momento de populistas e de extremistas e não nos podemos deixar levar por isso”, sublinhou.

Questionado sobre a questão da suspensão dos fundos europeus a Portugal, o comissário europeu evitou falar de política nacional, mas recordou que a suspensão dos fundos é um automatismo que é acionado quando os países não cumprem as metas.

“Se Portugal continuar a cumprir em termos de orçamento, em termos de números isso não será uma questão”, enfatizou, acrescentando que a questão da suspensão dos fundos será discutida entre o parlamento e a comissão e, até essa discussão, não existe nenhum dado concreto.

Interrogado se partilha a expectativa otimista do primeiro-ministro sobre o cumprimento das metas, Carlos Moedas evitou novamente falar sobre política interna, referindo que a comissão quer que “tudo corra bem” e que a sua missão é “ajudar os países e estar sempre ao lado dos países para que tudo possa correr bem”.

“Portugal merece que tudo corra bem e que os resultados sejam melhores”, frisou.

Poiares Maduro: Governo de António Costa é populista

O ex-ministro adjunto e do desenvolvimento regional, Miguel Poiares Maduro, colocou o executivo de António Costa no rol de governos que integram partidos “populistas”. Poiares Maduro aponta Portugal como um dos quatro casos em que os populistas chegaram ao poder.

O ex-ministro lembrou assim os governos populistas de direita na Polónia e na Hungria, falando depois “no populismo de esquerda, que governa na Grécia” e em “Portugal que é um caso híbrido de populismo”. E afirmou: “Não gosto de ver Portugal nestes exemplos”. Em críticas à geringonça, Poiares Maduro diz que o discurso político do governo transforma-se em populista porque “não apresenta soluções, só apresenta culpados, só quer encontrar bodes expiatórios”.

Para Miguel Poiares Maduro, o atual Governo coloca o combate político à frente do interesse nacional, acusando o executivo de António Costa de insistir numa “narrativa” falsa que aponta que as medidas de austeridade “foram uma escolha e não uma necessidade”. Fez ainda questão de contrariar o que considera serem “mitos”, garantindo que a desigualdade social, apesar da crise, não aumentou durante o governo PSD/CDS e até desceu.

O antigo governante respondeu também às acusações do atual ministro da Economia que o atual governo se deparou com atrasos na execução de projetos apoiados por fundos comunitários. Poiares Maduro diz que esta acusação “não tem a mínima adesão à realidade”, já



que “a execução de fundos foi mais do dobro do que a atingida pelo governo anterior no mesmo período”, destacando também o facto de “em dezembro de 2015, um mês depois de o PSD ter deixado o governo, Portugal era o Estado-membro com maior execução de fundos.”

Poiares Maduro criticou ainda a forma “não-transparente” como António Costa interveio nas negociações para resolver o problema no BPI. Para o ex-ministro esta “cultura” contribui para o “conflito de interesses” e que pode trazer uma “dependência mútua entre o sistema económico e o sistema político”.

Paulo Rangel: “O nosso futuro próximo vai ser amargo”



O eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, antevê que, se o Governo de coligação do PS com “populistas de esquerda radical” continuar a seguir o mesmo caminho, Portugal será “inevitavelmente” conduzido a um novo resgate. “Aquilo que nós sabemos é que as coisas a continuarem como estão vão levar inevitavelmente a um outro resgate, é caminho que está a ser percorrido todos os dias”, afirmou no 5.º dia da Universidade de Verão.

Paulo Rangel considerou que, mesmo que o futuro da União Europeia seja bom, o “episódio” do lançamento de “uma coligação com populistas de esquerda radical

trará um futuro amargo” para Portugal. “Auguro que o nosso futuro próximo vai ser amargo e vai ser bem, bem difícil para todos”, disse.

“O atual Primeiro-Ministro, se obviamente não tivesse feito esta coligação com a esquerda radical e populista, o que teria feito? Teria desaparecido como líder. O que é que lhe teria acontecido? Teria desaparecido. A escolha dele era a espada ou a parede e ele preferiu a parede. E agora qual é o futuro de Portugal? Uma parede. O futuro de Portugal é uma parede”, vincou. Pois, continuou, neste momento o crescimento é “uma miséria”, o investimento “caiu a pique”, a exportações descem e o “célebre milagre económico que iam fazer, “desapareceu”.

“Nós temos, mais uma vez, um político que só para salvar a sua pele é capaz de renegar os princípios do seu partido”, referiu, ressaltando que “o PS não é o PS

de António Costa”.

“António Costa é a perversão do PS, porque fez uma aliança que é uma aliança com forças populistas que põem em risco o país”, insistiu.

Paulo Rangel alertou ainda para o facto de Portugal estar “claramente em perda profunda de credibilidade” na Europa, considerando que o país está “completamente atrelado e colado à Grécia outra vez”, com o segundo pior crescimento da Europa e as taxas de juro a irem para “limites impensáveis” há um ano.

“Foi feita uma operação de ligação ao PCP, que é um partido que defende a Coreia do Norte, que defende a Venezuela, foi feita uma ligação ao BE, mas um país pode ter credibilidade quando a política é chantageada, é ameaçada, é condicionada por estes dois partidos radicais de esquerda?”, questionou Paulo Rangel.

E terminou com um aviso: “Eu não arrisco um milímetro quando digo: estamos em 2016 com António Costa a repetir a receita de 2009 com José Sócrates e pior do que isso: estamos a repeti-la nas mãos do PCP e do BE que vão destruir a economia. Vão ser os portugueses que vão pagar este preço e vão pagá-lo mais alto que do que alguma vez imaginaram”.

Kyriakos Mitsotakis: “A solução não é regressar aos tempos despesistas”

O líder da Nova Democracia grega assinalou a proximidade de ideias com o PSD, exortando o seu partido e os sociais-democratas portugueses a lutarem contra o populismo. “A Nova democracia e o PSD têm o dever de lutar contra o populismo, não se tornando também populista, mas resistindo à tentação de dizer as coisas mais fáceis e simpáticas”, afirmou Kyriakos Mitsotakis, líder da oposição grega e que está neste momento à frente das sondagens naquele país.

Falando perante os “alunos” da Universidade de Verão do PSD, que terminou domingo, 4 de setembro, em Castelo de Vide, o líder da Nova Democracia vincou a necessidade de dizer a verdade às pessoas, sublinhando que a solução em Portugal e na Grécia só pode vir do centro-direita, porque a esquerda não consegue ser uma alternativa credível.

“A solução não é regressar aos tempos despesistas”, acrescentou, considerando que o que acontecer politicamente na Grécia e em Portugal será “muito relevante para o resto da Europa”.

“Será relevante porque acredito que na Grécia e em Portugal conseguiremos lutar contra o populismo”, disse.

O líder da Nova Democracia, que jantou com Passos



Coelho, argumentou que só através do investimento privado será possível crescer e defendeu a necessidade de atrair investimento privado reduzindo impostos.

Contudo, admitiu, para reduzir impostos e cumprir com as obrigações para com os cidadãos e a Europa, é preciso identificar despesas que podem ser cortadas.

“Não fazer reformas não é o caminho certo”, sustentou, criticando também a reversão de medidas. “É penoso assistir”, disse.

Sobre o futuro, Kyriakos Mitsotakis prometeu apresen-

tar um “programa honesto” e com “reformas agressivas”.

O ex-presidente da Assembleia da República Jaime Gama, e o antigo líder do PSD, Luís Marques Mendes, o antigo secretário de Estado do Ambiente e das Pescas, Carlos Pimenta, foram outros oradores-participantes da 14.ª edição da Universidade de Verão do PSD, que decorreu de 29 de agosto a 4 de setembro. Pela vila alentejana de Castelo de Vide, onde desde 2003 se realiza a Universidade de Verão do PSD, passaram uma centena de alunos.



Deslocação à Região Autónoma

“Ouvir os açorianos antes do debate eleitoral”

Entre 23 a 25 de agosto, Pedro Passos Coelho visitou quatro ilhas açorianas - Faial, São Jorge, São Miguel e Terceira -, numa deslocação centrada no contato direto com a sociedade civil e tendo presente o momento político, social e económico que os Açores atravessam. Acompanhado pelo secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e pelo líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, Pedro Passos Coelho iniciou o périplo pela Ilha do Faial, onde ouviu o que a população e os empresários da região autónoma esperam do futuro. “Esta é ainda uma fase em que é importante ouvir as pessoas, ver quais são as suas expectativas, os seus anseios. Acho que isso é importante antes de se fazer o debate eleitoral. Ter a oportunidade de perceber bem quais são realmente as preocupações maiores que as pessoas têm e por onde é que devemos dirigir o essencial do nosso esforço, de propostas e também de atuação política”, afirmou Pedro Passos Coelho.

No final do primeiro dia, o presidente do PSD juntou com os militantes, no concelho da Calheta, em São Jorge, e lembrou aos açorianos que têm “a possibilidade de escolher o próximo governo para os Açores.” O presidente do PSD acusou os socialistas dos Açores e do continente de só saberem governar “distribuindo dinheiro” e alertou para a necessidade de os governos nacional e regional não desbaratarem o que têm. “Os socialistas administram o que existe, mas têm muita dificuldade de acrescentar alguma coisa ao que já existe. É assim, em grande medida, porque os socialistas só sabem governar distribuindo dinheiro”.

Para o líder nacional dos sociais-democratas, há que saber gerir os dinheiros públicos e procurar também captar investimento privado, para que tanto os Açores como o resto do país possam crescer e assegurar o futuro do país.

“É assim como quem herda muito em determinado tempo e desbarata o que herdou. Fica sem nada”, advertiu Passos Coelho, acrescentando que o PSD quer ganhar as eleições legislativas regionais de 16 de outubro para combater a “estagnação” a que os Açores chegaram.

O presidente do PSD/Açores e candidato a presidente do Governo nestas eleições, Duarte Freitas, acusou os socialistas açorianos de serem responsáveis pela desertificação das ilhas, dando o exemplo da ilha de São Jorge, que “perdeu 1.600 habitantes” nos últimos censos.

“Não venham agora, em vésperas de eleições, prometer mais 40 euros para os lavradores, mais uns dinheiros para o rendimento social de inserção, mais umas primeiras pedras e mais umas inaugurações. É tarde”, lamentou Duarte Freitas, para quem o atual “regime” socialista que gere os Açores está “cansado” e “não tem soluções”.

O dirigente social-democrata regional lamentou ainda que a desertificação de São Jorge tenha levado



a ilha a perder um dos quatro mandatos de deputado que tradicionalmente elegia à Assembleia Legislativa Regional, adiantando que isso também resulta das “más políticas socialistas”.

“Quando os jorgenses mais precisavam, o Governo do PS fechou postos de saúde, escolas e serviços de segurança social. E cada vez que se fecha uma escola, um posto de saúde ou uma casa do povo numa freguesia está-se a desmoralizar uma freguesia”, declarou Duarte Freitas.

Liberalização do espaço aéreo entre São Miguel e o continente teve um “impacto extraordinário”

Durante o segundo dia da visita aos Açores, o presidente social-democrata marcou presença em São Miguel para o encontro marcado com a direção da ANA-Açores, para o balanço de mais de um ano de circulação e movimentação de residentes e turistas, agora que passa mais de um ano desde a liberalização do espaço aéreo dos Açores. Uma medida que só foi possível concretizar com o Governo de Pedro Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho defende que a liberalização do espaço aéreo entre São Miguel e o continente está a ter um “impacto extraordinário” e que “valeu a pena” ter convencido o Governo Regional sobre esta matéria:



“Nós demoramos um certo tempo a persuadir o Governo Regional de que isso era um modelo bom. Apesar disso, valeu a pena, até porque o executivo açoriano acabou por aceitar esse modelo que apresentámos”.

O novo modelo de transporte aéreo de e para os Açores, que permite às companhias “low cost” operarem para a região, designadamente São Miguel e Terceira (embora só estejam ainda a operar para a primeira ilha), tiveram início em 29 de março de 2015, quando Passos Coelho era Primeiro-Ministro. Vincando os efeitos multiplicadores para a economia açoriana com a entrada em vigor deste novo modelo, o líder do PSD informou que, de acordo com dados da ANA, 2016 promete ser “histórico”, na medida em que “muito antes do ano terminar será excedido o número de um milhão de passageiros”. “Houve um crescimento significativo, praticamente mais 300 mil passageiros durante o ano de 2015 face a 2014”, disse, acrescentando que “os números hoje transmitidos pela administração da ANA são muito eloquentes”.

À saída de uma reunião com a administração da ANA-Açores, Pedro Passos Coelho considerou que ficou comprovado “tal como aconteceu com o procedimento por défice excessivo”, que a União Europeia voltou a ajudar Portugal “com o entendimento que foi gerado a partir da Comissão Europeia quanto a não onerar o défice público português com esta operação” de recapitalização da CGD.

“O Governo devia, com muita transparência, dizer qual é o custo da reestruturação que esta operação em condições de mercado terá em termos nacionais”, referiu Pedro Passos Coelho, alegando que fica definitivamente comprovado que o Governo “não tem nenhuma razão para se desculpar com a União Europeia”.

Para o líder da oposição, se se confirmar o valor de 4,6 mil milhões de euros será um valor que disse ser “claramente superior” ao que julga adequado e que a Caixa Geral de Depósitos “necessitava para desempenhar o seu papel”.

“Quanto mais dinheiro se meter lá, maior será a redução de atividade que o banco público terá de fazer”, apontou Pedro Passos Coelho, acrescentando esperar que “o valor máximo a ser feito seja efetivado tendo em conta as reais necessidades de capital da Caixa e também o nível de dívida que o país pode suportar”.

Para Pedro Passos Coelho, a CGD é “um banco sólido” e a necessidade de recapitalização resulta “também das exigências novas que foram colocadas pelo próprio mecanismo de supervisão, que agora está a funcionar em termos europeus”.

No último dia da deslocação, em 25 de agosto, o presidente do PSD marcou presença na sessão de abertura da Universidade de Verão PSD/ Açores, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira. Após o almoço com os jovens, o líder do PSD visitou a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Antes da viagem até Lisboa, Pedro Passos Coelho afirmou que o “PSD está preparado para aquilo que for a decisão que os açorianos vão tomar nas próximas eleições”.

“O ministro das Finanças encomendou o discurso das más notícias para quem vier”

Na sessão de abertura da Universidade de Verão do PSD/Açores, dia 25 de agosto, o presidente do PSD acusou o ministro das Finanças de não explicar como será feita a reestruturação. “Ontem [quarta-feira], o ministro das Finanças, que tem sido parco em explicações e anúncios sobre esta matéria lá veio tentar explicar em que é que consiste o acordo de princípio que foi atingido com a Comissão Europeia. Eu estive uns anos no Governo, tenho uma noção razoável da situação da Caixa Geral de Depósitos e confesso não entendi nada do que o ministro das Finanças disse, porque ele não disse nada. Foi a segunda vez que falou sobre a CGD e não disse nada”.

Pedro Passos Coelho afirma que Mário Centeno não explicou como será reestruturada a Caixa Geral de Depósitos com o pressuposto de que o dinheiro que o Governo vai injetar “não vai a défice” e portanto é feito em condições de mercado.

O líder do PSD acusou Mário Centeno de evitar dizer





“qualquer coisa que faça perder votos ou que seja desagradável”: “Cumpru as orientações habilidosas que a liderança do Governo indica. Nunca caíam na asneira de aparecer à frente de uma televisão com o cenho franzido ou a dar más notícias. Cara alegre, confiante, tudo se resolve. Amanhã se vê. Há um problema? Vamos resolver. E se não se resolver? Nós somos otimistas”.

De acordo o líder social-democrata, quanto mais dinheiro o Estado injetar na Caixa Geral de Depósitos maior terá de ser a reestruturação do banco, o que implicará mais despedimentos, fecho de balcões e redução da atividade, mas o PCP e o BE, que suportam o Governo do PS, “acham que é o contrário do que se devia fazer”.

Passos Coelho disse estar ainda cansado de ouvir “verdades à La Palice”, como a afirmação de que Portugal

estaria a crescer muito mais se os bancos estivessem devidamente capitalizados.

Segundo Passos Coelho, o envelope financeiro de 12 mil milhões de euros destinado à estabilidade do setor financeiro foi gasto “de acordo com a capacidade que os bancos tinham de poder pagar esse dinheiro e mesmo assim houve um que não teve capacidade para devolver esse dinheiro”.

“Não vale de nada estarmos a pensar se precisávamos de mais para meter lá, quando não tínhamos mais para meter lá”, frisou, alegando que ninguém emprestaria mais dinheiro, a dívida pública seria maior e os bancos privados não teriam capacidade de pagar os empréstimos.

“Não podemos fazer de contas que a realidade não

é o que é. Quem governa a pensar em casos teóricos ou utópicos faz discursos bonitos, mas ao fim de uns anos não tem outra coisa para devolver senão menos bem-estar, mais responsabilidades para futuro e situações piores para resolver”.

“A despesa pública tem vindo a aumentar mais do que o previsto”

Sobre a possibilidade do Governo ter de recorrer a um Orçamento Retificativo, na sequência do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, Pedro



Passos Coelho foi claro: “Se eu acredito que o Governo consegue executar, independentemente da capitalização que vai fazer na Caixa, o orçamento que fez aprovar para este ano, sem necessidade de um orçamento retificativo, tenho de dizer que tenho a maior das desconfianças, porque a despesa pública tem vindo a aumentar mais do que aquilo que estava previsto e a receita fiscal que o Estado esperará arrecadar neste segundo semestre do ano será afetada por decisões que o Governo tomou e que diminuem a receita fiscal justamente na segunda metade do ano”, disse.

No entanto, Pedro Passos Coelho disse duvidar que o Executivo consiga atingir as metas do Orçamento de Estado, porque até hoje não foi capaz de diminuir a despesa e o aumento da receita fiscal, sem aumento de impostos, pressupõe “um nível de crescimento da atividade económica que nesta altura não está projetado”.

“Eu no lugar do Governo era um bocadinho mais prudente e mais humilde nesse tipo de afirmações, porque os dados que são hoje públicos não apontam para que as metas que o Governo apresentou sejam cumpríveis e se não forem o Governo terá de dar o dito por não dito quanto à sua expectativa, nomeadamente quanto aos fundamentos que podem conduzir à apresentação de um orçamento retificativo”.

O líder do PSD considerou mesmo que há “um certo descrédito” nas afirmações do Governo sobre esta matéria: “O Governo começou por dizer que não mexia no seu cenário macroeconómico, já mexeu no cenário macroeconómico e é provável que venha novamente a fazê-lo na altura da apresentação do tal orçamento retificativo”.

A 3.ª universidade de verão do PSD/Açores, que decorreu entre 25 e 28 de agosto, em Angra do Heroísmo, contou com a participação de 32 jovens. “O objetivo é continuar a ser um espaço de formação política e cívica para os jovens dos Açores, de militantes ou independentes”, frisou o líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, na conferência de imprensa de apresentação da universidade de verão, em Angra do Heroísmo. Depois de uma primeira edição em São Miguel e de outra em São Jorge, a universidade de verão do PSD/Açores chegou este ano à ilha Terceira, com debates que abordaram temas como a saúde, a educação, o emprego e o mar, entre outros. “Alguns destes jovens que vão participar nesta universidade nem tinham nascido quando o Partido Socialista chegou ao poder na região. Isto também é um sinal para estes jovens que olham para o futuro desesperançados, olham para o futuro como quem já está cansado de não conhecer outro regime, que não este regime socialista de 20 anos”, disse o líder regional social-democrata.

Segundo Duarte Freitas, o PSD/Açores “é a estrutura do PSD do país que mais novos militantes tem feito” e desde janeiro de 2013 inscreveram mais de 2 mil novos militantes, sendo a maioria jovens.

Também Daniel Pavão, líder da JSD/Açores, sublinhou que na universidade de verão não se fala de política partidária, do PSD ou de qualquer outra força política, mas de ideias e projetos. “A universidade de verão não serve para recrutar jovens, serve para trazer as ideias dos jovens para a política. Quando a abstenção cada vez é



maior e quando cada vez os jovens se afastam mais da política, é importante perceber porque é que eles vêm cá e querem debater os variadíssimos temas que temos à disposição”, salientou.

Entre os oradores dos diferentes debates previstos na universidade de verão do PSD/Açores estiveram Francisco Pimentel, líder da UGT/Açores, Lizuarte Machado,

comandante da marinha mercante e deputado do PS, e Domingos Borges, diretor da Escola Profissional da Praia da Vitória. Participaram ainda o antigo líder da JSD Duarte Marques e os eurodeputados Carlos Coelho e Sofia Ribeiro, bem como o escritor Joel Neto, o psicólogo Francisco Simões e Álvaro Monjardino, primeiro presidente da Assembleia Legislativa dos Açores.



“O Orçamento cabe ao Governo e à maioria que o apoia”



O Orçamento do Estado para 2017 (OE2017) é da responsabilidade do Governo e da maioria que o apoia, e não da oposição. “Se alguém está com a expectativa de embrulhar o PSD na responsabilização orçamental, como se costuma dizer, que tire o cavaliño da chuva”, avisou o presidente do PSD, durante uma visita à Feira Agrícola do Norte - AgroSemana, na Póvoa de Varzim, 2 de setembro.

Questionado sobre a apresentação de propostas para o orçamento, Pedro Passos Coelho foi perentório em esclarecer que é uma matéria que ainda não está decidida, nem está trabalhada porque não há orçamento, nem proposta, portanto, “haverá tempo” para falar no assunto.

Pedro Passos Coelho pede “mais atenção” do Governo aos produtores de leite que, na quinta-feira, reivindicaram preços mais justos à produção. Considerou que as críticas dos produtores são legítimas, porque o regime de quotas para o leite, que vigorou durante muitos anos, trouxe uma desorganização ao mercado com preços muito baixos e que, dificilmente, podem ser compatíveis com a manutenção dos investimentos e das explorações.

O líder do PSD considerou ainda ser indispensável, do ponto de vista estrutural, que ao nível europeu haja uma regulação de mercado que permita que, em determinadas circunstâncias, haja mecanismos de intervenção para evitar um “efeito tão devastador” para os produtores.

“Mecanismos de regulação em que as autoridades intervêm quando os preços descem abaixo de um de-



terminado limiar, tendo esse limiar de estar relacionado com custos médios de produção que tornam viáveis as explorações”, afirmou o presidente do PSD.

Na quinta-feira, 1 de setembro, dia de abertura da mostra, cerca de 50 produtores de leite da região norte concentraram-se junto às instalações da cooperativa leiteira Agros para reivindicar “mais justiça nos

preços pagos à produção”. Os empresários consideraram que o “setor está asfiziado” e defendem que o Governo deveria tomar mais medidas para mitigar as dificuldades que o atingem. A Feira Agrícola do Norte - AgroSemana, terminou no domingo, 4 de setembro, na Póvoa de Varzim.



Recapitalização da Caixa deve ficar de fora do défice

A recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) deve ficar de fora da contabilização do défice nacional de 2016. Essa é a posição do líder do PSD, que frisou, no entanto, que o Estado terá de contrair dívida para realizar essa operação.

Em declarações à margem de uma visita à Feira Agrícola, Comercial e Industrial (Expofacic), em Cantanhede, distrito de Coimbra, dia 30, o presidente do PSD lembrou que em 2012 o governo por si liderado fez uma recapitalização da CGD “e essa recapitalização foi a défice”. “Se a Comissão Europeia, hoje, tiver um entendimento diferente deverá justificá-lo”, defendeu Passos Coelho, argumentando ainda que “o que puder ajudar a que o nosso desempenho do ponto de vista do défice melhore, é bom”.

Pedro Passos Coelho recordou que a Comissão Europeia “deu mais um ano” a Portugal para sair do procedimento por défice excessivo e que este, no final de 2016, terá de ficar abaixo dos 3% mas disse não possuir informações sobre se a recapitalização da CGD será ou não contabilizada no défice.

“Não estou em condições de poder confirmar isso, porque não tenho confirmação. Há jornais que dão essa notícia e nós já nos vamos habituando a que muitas das notícias sejam dadas nos jornais mas não confirmadas pelo Governo”, declarou Passos Coelho, criticando a postura do ministro das Finanças. “O ministro das Finanças ainda ontem [sexta-feira] esteve no Parlamento, teria tido uma boa possibilidade de poder confirmar essas coisas, mas não confirma. O ministro das Finanças, de cada vez que fala, deixa imensas dúvidas para futuro mas nunca esclarece nada, é uma coisa extraordinária”, acusou.

Sanções a Portugal não faziam sentido



Pedro Passos Coelho reafirmou ainda que “não fazia nenhum sentido” a aplicação de sanções a Portugal relativas ao défice de 2015 e que se tivessem sido decididas “seria um absurdo”. “Portugal foi dos países que mais se esforçou e que mais sacrifícios empreendeu para poder corrigir os desequilíbrios de muitos anos”, frisou Passos Coelho, adiantando que o “esforço” português “foi um dos maiores ao nível europeu”, referiu o líder social-democrata.

“E no contexto presente também não faz sentido, é prematuro estar a falar de sanções, porque a Comissão Europeia aceitou o projeto de Orçamento que o Governo português apresentou em Bruxelas e uma vez que o aceitou, enquanto não se chegar ao final do ano para se medir o que realmente aconteceu, é completamente prematuro estar a falar de sanções”, argumentou Passos Coelho.

Na reunião da passada quarta-feira passada, que durou cerca de três horas, a Comissão Europeia decidiu por consenso cancelar as sanções a Espanha e Portugal em troca da aplicação de duros ajustes. “A questão ficou arrumada e, tal como o PSD disse, prevaleceu o bom senso”, frisou Passos Coelho, que elogiou também o papel “muito importante” do comissário europeu Carlos Moedas na decisão da Comissão Europeia.

Para o presidente do PSD, o que importa agora é “colocar os olhos no futuro” e que o Governo, independentemente das escolhas políticas que fizer, atue para que as contas do país “possam bater certo e o défice seja o menor possível”.

“Isso significa, para futuro, menos impostos para os portugueses e menos dívida para o Estado”, considerou.

Moniz Pereira, uma “referência do desporto e da sociedade”



O presidente do PSD lamentou “profundamente” o falecimento de Moniz Pereira, “uma das maiores referências do desporto nacional e da sociedade portuguesa”. “O professor Moniz Pereira não era apenas um treinador de atletismo. O professor Moniz Pereira era uma das maiores referências do desporto nacional e da sociedade portuguesa. Foi uma das maiores referências na formação de milhares de atletas e um Homem com uma personalidade ímpar que influenciou pela positiva a vida de todos que tiveram o privilégio de se cruzar com ele. Portugal fica mais pobre. Mas o seu legado será para sempre recordado e ficará na história de Portugal como uma referência na evolução do desporto nacional. Um homem que deu tantas vitórias a Portugal e que contribuiu para que o nosso orgulho como portugueses fosse maior. Moniz Pereira dedicou a sua vida não só ao desporto mas ao País”, lê-se na nota oficial dos sociais-democratas.

No texto, Pedro Passos Coelho “apresenta as mais sentidas condolências à família e amigos e à Federação Portuguesa de Atletismo”.

Mário Alberto Freire Moniz Pereira faleceu no dia 31 de Julho, aos 95 anos, depois de uma vida dedicada ao atletismo e ao Sporting, que representou como dirigente, treinador e atleta. Esteve em 12 Jogos Olímpicos, 13 Europeus e 21 Mundiais de corta-mato, entre outras provas e foi o responsável pela glória de figuras como Carlos Lopes ou Fernando Mamede.

Margarida Sousa Uva (1955-2016)

O Partido Social Democrata (PSD) recebeu, com grande consternação, a notícia do falecimento da Dr.ª Margarida Sousa Uva. Margarida Sousa Uva, mulher do antigo presidente da Comissão Europeia e ex-líder do PSD, José Manuel Durão Barroso, faleceu em 18 de agosto de 2016, vítima de cancro. Margarida de Sousa Uva nasceu em 25 de novembro de 1955, era casada com José Manuel Durão Barroso desde 1980 e têm três filhos.

Ao seu marido e ex-presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso, aos seus filhos, bem como à restante família, o PSD apresentou “as mais sentidas condolências”.



“Estratégia errada” levou à estagnação económica



“A estratégia do Governo é economicamente errada” e a atuação do executivo socialista tem sido “imprudente” ao ponto de ter invertido a tendência deixada pelo anterior Executivo de convergência com a Europa. O resultado para Portugal é um crescimento económico anémico, uma economia estagnada. Para a vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque, o crescimento de 0,2% da economia no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses do ano traduzem números pouco animadores. “Os números que saíram são francamente negativos, temos um crescimento homólogo de apenas 0,8%, o que significa uma taxa de crescimento de sensivelmente metade daquilo que foi registado no ano de 2015”, afirmou Maria Luís Albuquerque, em conferência de imprensa, na sede do PSD, 12 de agosto.

A ex-ministra das Finanças considera que os dados mais recentes representam também uma divergência relativamente ao crescimento na área do euro e na União Europeia. De acordo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa cresceu 0,2% entre abril e junho face ao primeiro trimestre deste ano, taxa idêntica à dos dois trimestres anteriores, e avançou 0,8% em termos homólogos. Em termos homólogos, a economia desacelerou, face ao crescimento de 0,9% no trimestre anterior.

Maria Luís Albuquerque destacou ainda o facto da procura interna não ter tido qualquer contributo positivo para o crescimento. “O investimento está estagnado, a economia está estagnada”, frisou, salientando que o investimento depende essencialmente da confiança e esse foi um dos primeiros valores que este Governo “pôs em causa logo no início do seu mandato”.

Alertando que os “erros” da estratégia do Governo terão consequências, a vice-presidente do PSD lembrou que sem crescimento económico será mais difícil cumprir metas e existirem consequências negativas quer sobre o défice, quer sobre a dívida pública ou a recuperação do emprego.

Relativamente às exportações líquidas, Maria Luís Albuquerque recordou que o desempenho das exportações tem sido “cada vez mais fraco”. “O Governo tem tido uma atuação que é imprudente, tem seguido uma estratégia económica errada”, vincou, referindo que, quando a economia deixa de crescer, “se segue inevitavelmente austeridade”.

Questionada se considera que o cumprimento da meta do défice poderá estar em causa, a antiga ministra das Finanças recordou que “quando o crescimento económico não é aquele que se antecipa, isso tem consequências negativas em todos os níveis”.



Mais um “aumento de impostos”

O PSD anunciou que vai requerer a apreciação parlamentar do diploma que altera o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), criticando “mais este aumento de impostos”, assente em “subjetividade e nalguns casos arbitrariedade” de critérios. “Queremos levar este aumento de impostos a votos no parlamento. Ainda hoje o PSD entrega na Assembleia da República um requerimento para a apreciação parlamentar do decreto-lei que faz este aumento de impostos”, anunciou o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata António Leitão Amaro, em conferência de imprensa, na sede do PSD, em Lisboa.

O PSD pretende saber como “se pronunciam todas as esquerdas” parlamentares sobre o diploma, se o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) vão “aceitar ou rejeitar este aumento de impostos”.

O decreto-lei n.º41/2016, publicado em 1 de agosto, em “Diário da República”, prevê um agravamento em 20% do coeficiente de “localização e operacionalidade relativas”. Ou seja, os proprietários de imóveis irão ser penalizados no pagamento de IMI por causa dos critérios da exposição solar e da vista.

Governo procura a todo o custo aumentar a receita fiscal



O PSD acusa o Executivo socialista de se preparar para reverter “uma importante medida social”. Em comunicado, o PSD recusa que existam estrangeiros ou emigrantes “a beneficiar indevidamente da isenção” e acusa o atual Governo de se estar a “preparar para reverter uma importante medida social no IMI”.

Para os sociais-democratas, “este Governo procura aumentar a todo o custo as receitas fiscais e estará a preparar-se para reverter uma importante medida social introduzida na anterior legislatura para tentar cobrar mais receitas”.

O PSD lembra que esta medida, introduzida no OE2015, “teve um caráter social, de preocupação com a situação dos contribuintes de menores rendimentos, e destinou-se a garantir que todos aqueles que cumprem os respetivos critérios podem dela beneficiar, transferindo para a administração fiscal a responsabilidade desse apuramento, aliviando os contribuintes de burocracias injustificáveis e de perderem um benefício por desconhecimento dos seus direitos

A alteração introduzida no OE2015 inclui uma norma travão – perda de isenção para os contribuintes que não entreguem a declaração de IRS dentro do prazo – mas só se aplica a contribuintes com residência fiscal em Portugal, que tenham no imóvel objeto de isenção a sua habitação própria e permanente.

Assim, a alegação de que haverá estrangeiros ou emigrantes a beneficiar indevidamente da isenção é falsa.

Como tem sido prática, o atual Executivo procura imputar ao anterior Governo responsabilidades que lhe cabem por inteiro. Um comportamento que o PSD qualifica de “inadmissível”.



Exportações em queda pelo quarto mês consecutivo

O Governo continua a não conseguir impedir uma queda progressiva daquele que foi o grande motor da recuperação económica portuguesa nos últimos anos: as exportações. “Em junho de 2016, as exportações de bens diminuíram 2,0% e as importações de bens decresceram 0,4% face ao mesmo mês de 2015 (-1,1% e -3,8% em maio de 2016, respetivamente)”, pode ler-se no boletim estatístico divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE revela que “o défice da balança comercial de bens aumentou 68 milhões de euros em junho de 2016 face ao mesmo mês de 2015” graças à diferença negativa entre exportações e importações e olhando para o impacto dos combustíveis e lubrificantes, a tendência é ainda pior.

“Excluindo os Combustíveis e lubrificantes, as exportações aumentaram 0,5% e as importações cresceram 3,6% (...) e o défice da balança comercial excluindo os Combustíveis e lubrificantes aumentou 151 milhões de euros.”

A quebra das vendas de bens e serviços para fora da União Europeia foi a grande responsável pela variação negativa revelada pelo INE.

Dívida pública ultrapassa a meta prevista pelo Governo

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTA0) estima que a dívida pública em percentagem do PIB tenha subido para 131,6% no primeiro semestre deste ano, valor que, a confirmar-se, fica acima da meta prevista pelo Governo para o conjunto do ano. Na nota mensal sobre a dívida pública de julho, UTA0 estima que a dívida pública no primeiro semestre de 2016 tenha atingido os 240.100 milhões de euros, um acréscimo de 2.400 milhões em termos mensais e de 8.700 milhões de euros face ao final de 2015.

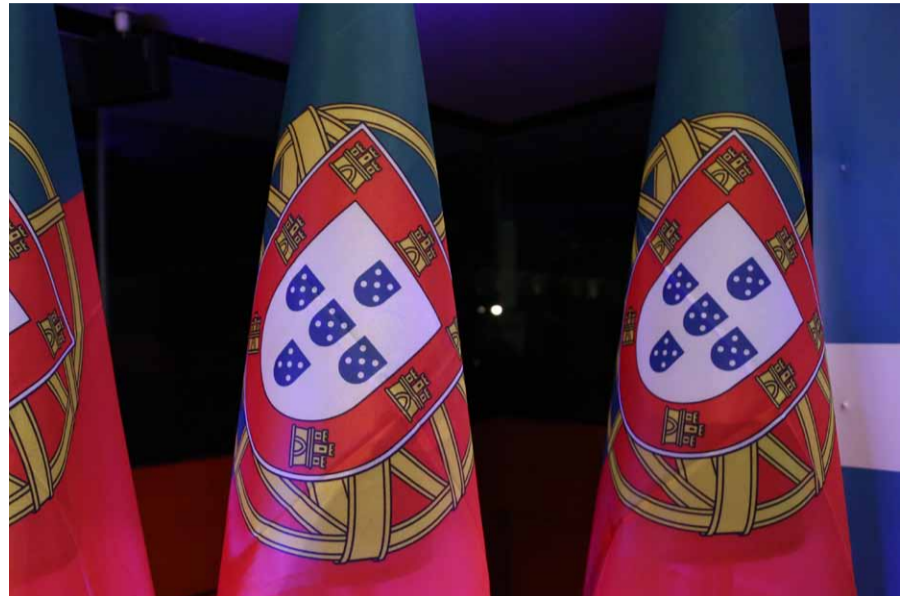
“De acordo com a informação disponível, a estimativa realizada aponta para que o valor central da dívida pública em percentagem do PIB no final do primeiro semestre tenha ascendido a 131,6% do PIB”, escrevem os especialistas da UTA0.

“A confirmar-se, regista-se um acréscimo face ao valor provisório da dívida pública no final do primeiro trimestre (128,9% do PIB), sendo este valor superior ao previsto para o final do ano pelo FMI [Fundo Monetário Internacional] e pela OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] (128,3% do PIB), pela Comissão Europeia (126% do PIB) e pelo Ministério das Finanças (124,8% do PIB)”, avisa a UTA0.

A UTA0 alerta ainda para outros riscos que “concorrem negativamente para a projeção oficial”, como a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), a venda do Novo Banco abaixo do valor previsto ou o adiamento da mesma, ou a não concretização das projeções para o crescimento económico e para o deflator do PIB.

Por último, referem que a dívida pública, excluindo os depósitos da administração central, terá atingido 121,7% do PIB no final do primeiro semestre, estando previsto 118,3% no final do ano.

No Programa de Estabilidade 2016-2020, o Governo comprometeu-se com uma redução da dívida pública para 124,8% este ano, para 122,3% em 2017, para 118,7% em 2018, para 114,5% em 2019 e para 110,3% em 2020. Estimativas que não serão concretizadas.



PSD/Leiria exige intervenção urgente na EN113

O PSD/Leiria exige a requalificação urgente da Estrada Nacional 113, troço entre Leiria e Quinta da Sardinha, em virtude do mau estado de conservação da via. O presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Leiria, Álvaro Madureira, escreveu uma carta ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao presidente das Infraestruturas de Portugal. “Os buracos, muitas vezes contíguos, e um piso danificado e irregular, que resulta do elevado desgaste a que tem sido sujeita, sem qualquer intervenção pontual ou de fundo” prejudicam a segurança e tráfego diário entre

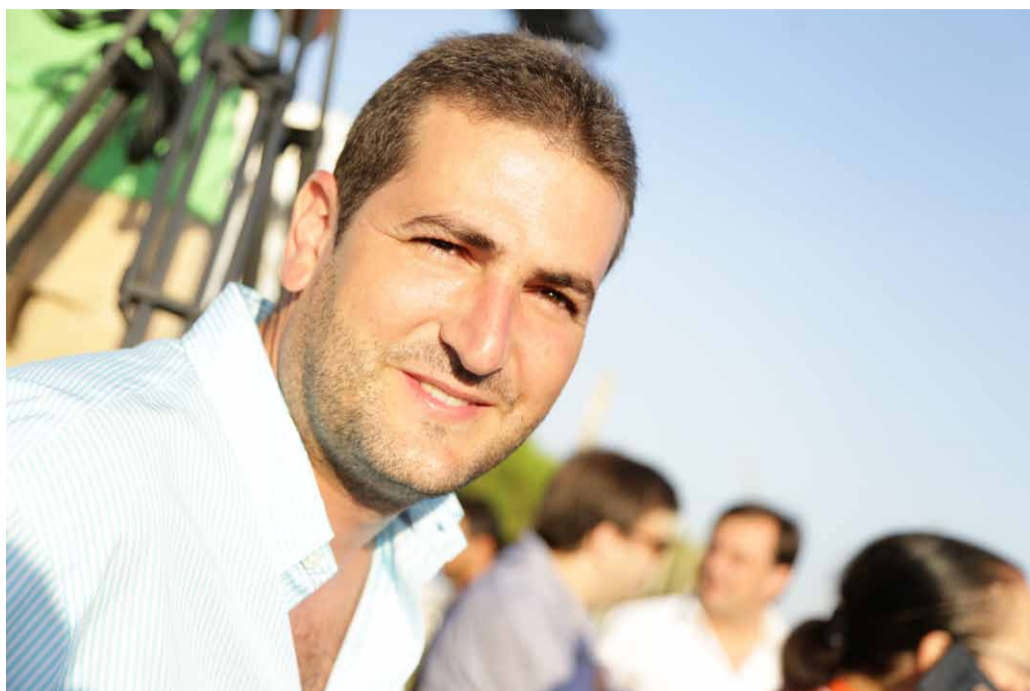
peões e automobilistas (das cidades de Leiria, Fátima e Ourém, sobretudo das freguesias do sudeste do concelho, nas freguesias de Caranguejeira, Arrabal, U.F. de Santa Catarina da Serra e Chainça e U.F. Leiria Pousos Barreira e Cortes).

O PSD de Leiria e os vereadores sociais-democratas eleitos, com assento na Câmara Municipal de Leiria, após visita ao local, constataram que recentemente se procedeu à pintura da estrada ignorando urgência da repavimentação da estrada, indicando que não há intenção de proceder a essa repavimentação, pelo menos a curto prazo, e atendendo à indignação dos automobilistas das diferentes freguesias saturadas das condições da estrada N113, que usam diariamente, que foi transmitida à concelhia do PSD de Leiria, vêm denunciar a situação e exigir uma rápida intervenção nomeadamente. Pedem, por isso, a reparação e beneficiação imediata de pavimentos; a reposição e adequação da sinalização e outros equipamentos de proteção e segurança rodoviária; a estabilização de taludes e limpeza de bermas e dos terrenos adjacentes à estrada; a construção de passeios e alargamento da via para passagem de peões em segurança; e a melhoria dos sistemas de drenagem da via.

O PSD de Leiria e os vereadores sociais-democratas eleitos, com assento na Câmara Municipal de Leiria, após visita ao local, constataram que recentemente se procedeu à pintura da estrada ignorando urgência da repavimentação da estrada, indicando que não há intenção de proceder a essa repavimentação, pelo menos a curto prazo, e atendendo à indignação dos automobilistas das diferentes freguesias saturadas das condições da estrada N113, que usam diariamente, que foi transmitida à concelhia do PSD de Leiria, vêm denunciar a situação e exigir uma rápida intervenção nomeadamente. Pedem, por isso, a reparação e beneficiação imediata de pavimentos; a reposição e adequação da sinalização e outros equipamentos de proteção e segurança rodoviária; a estabilização de taludes e limpeza de bermas e dos terrenos adjacentes à estrada; a construção de passeios e alargamento da via para passagem de peões em segurança; e a melhoria dos sistemas de drenagem da via.



Governo está a desbaratar o valor da CGD



O PSD acusa o ministro das Finanças de “criar uma ilusão” de mau funcionamento do sistema financeiro ao alimentar uma “suspeição constante” sobre a banca, nomeadamente sobre a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Em Braga, em conferência de imprensa, o vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata Hugo Soares censura o Governo, em “especial” o primeiro-ministro, António Costa, e o ministro das Finanças, Mário Centeno, por permitirem que se “desbarate por completo” o valor da CGD ao deixarem que se discuta em praça pública o valor da recapitalização do banco público.

Hugo Soares afirmou também que o PSD espera que o ministro das Finanças, que acusou de “nada saber”, tenha uma “ambição responsável” e não injete mais dinheiro do que o necessário no banco público por “capricho”, lembrando que mesmo que aquele valor não entre para as contas do défice é “dívida” que “terá que ser paga” pelos portugueses. “Dá às vezes a sensação de que o Governo, em especial o primeiro-ministro e o ministro das Finanças querem alimentar uma certa suspeição constante sobre o sistema financeiro e isso prejudica o sistema financeiro, prejudica a confiança na economia e não conseguimos perceber porquê”, afirmou Hugo Soares.

Segundo o PSD, “parece que há uma vontade férrea do ministro das Finanças em criar a ilusão de que o sistema financeiro não está a cumprir aquilo que deve cumprir em termos de rácios de solvabilidade”.

Para Hugo Soares, o Governo anda a “tardar” em esclarecer qual o valor que será necessário para recapitalizar o banco público: “Qualquer

ministro das Finanças responsável, assim que saíam valores [sobre o montante a injetar na CGD], que ele diz que ainda não existem, deveria ter chamado a comunicação social e dizer que ainda não há um valor mas que queremos garantir a confiança a todos os portugueses no sistema financeiro e na CGD”.

Ainda sobre o valor da recapitalização da CGD, que, lembrou Hugo Soares, a atual administração do banco referiu que deve rondar os 2 mil milhões de euros, o PSD afirmou esperar que o Governo tenha uma “ambição responsável” ao definir o valor a investir naquela instituição bancária. “Se o Governo por algum capricho do acionista que é o Governo, representado pelo ministro das Finanças, quiser somar a estes dois mil milhões um valor astronómico, então estamos a falar de uma ambição que é irresponsável e de uma ambição que será paga em dívida e com os impostos dos portugueses”, alertou o deputado.

Decisão da Comissão revela “bom senso”



Ao decidir cancelar as sanções a Portugal por défice excessivo, a Comissão Europeia acaba por dar um sinal de “bom senso”. O deputado do PSD Miguel Morgado entende que a Comissão Europeia põe assim termo à discussão. “Hoje é um dia bom para Portugal na medida em que imperou o bom senso. É uma decisão sensata da Comissão Europeia depois de um processo em que as instituições europeias, também temos de o dizer, não foram exatamente marcadas pela razoabilidade e por esse bom senso que agora, finalmente, imperou”, afirmou Miguel Morgado.

Falando no parlamento, o deputado sublinhou ainda que, no debate interno, “toda a discussão em torno de 2015 terminou”. “O ano de 2015 foi avaliado, os resultados foram avaliados, sabemos que o resultado dessa avaliação é sanções zero para Portugal. Agora, está do lado do Governo garantir que Portugal não será possivelmente sujeito a sanções no futuro”, argumentou.

Depois de três horas de reunião, a Comissão Europeia decidiu não aplicar qualquer multa a Portugal e Espanha e recomenda que Portugal corrija o défice excessivo até 2016.

PSD votou contra o relatório ao Banif

O PSD votou contra o relatório final da comissão de inquérito ao Banif. Na reunião de quinta-feira, 28 de julho, teve lugar um debate sobre várias propostas de alteração para o texto final, com o PSD - pelo deputado Carlos Abreu Amorim - a insistir nas críticas ao texto e a falar no “rolo compressor da maioria” de esquerda na “tentativa de camuflar a importância de documentos e factos”, por exemplo.

O anúncio do voto contra dos social-democratas foi feito logo de manhã, em conferência de imprensa, pelo deputado coordenador do PSD na comissão de inquérito, Carlos Abreu Amorim.

O deputado apresentou ao relator cinco “pontos dissonantes” em torno do relatório, que abarcam áreas como a notícia da TVI de dezembro de 2015 - que o PSD diz ter tido mais influência que a proposta de relatório atesta - e a atitude do Governo, nomeadamente do ministro das Finanças, em todo o processo. Carlos Abreu Amorim entende que Mário Centeno sonou informações numa postura de “não colaboração” com os trabalhos. “Esta comissão parlamentar de inquérito, apesar de tudo o que correu mal, valeu a pena. Mas este relatório não vale a pena”, advogou Carlos Abreu Amorim, que disse não ter encontrado no relator “abertura” para incorporar as alterações pretendidas pelo PSD.

O coordenador dos social-democratas traçou ainda várias comparações com a comissão de inquérito ao BES, que “correu bem”, numa altura que PSD e CDS-PP detinham maioria parlamentar.

O texto aprovado na comissão de inquérito segue agora para o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, e em setembro irá ainda ao plenário do parlamento.

Em 20 de dezembro de 2015, domingo ao final da noite, Banco de Portugal e Governo anunciaram a resolução do Banif, a venda de alguns ativos ao Santander Totta e a transferência de outros (muitos deles ‘tóxicos’) para a sociedade-veículo Oitante. A operação surpreendeu pela dimensão do dinheiro estatal envolvido, que no imediato foi de 2.255 milhões de euros, o que obrigou a um orçamento retificativo. A este valor há ainda que somar a prestação de garantias de 746 milhões de euros e a perda dos cerca de 800 milhões de euros que o Estado tinha emprestado em 2012 e que não tinham sido devolvidos.

Inovação e ciência, apostas para criar emprego

O candidato do PSD/Açores a presidente do Governo Regional garante uma aposta “na inovação e na ciência” como formas de “criação de riqueza e de valor acrescentado, visando o crescimento económico da região, através de novos produtos, que cheguem a novos mercados e se diferenciem pela qualidade”.

Duarte Freitas falava, dia 5, após visitar a Secção de Tecnologia Alimentar da Universidade dos Açores (UAç), no Campus de Angra, onde lembrou a proposta social-democrata de realização “de um projeto de investigação e desenvolvimento, de três a cinco anos, para que se possam criar produtos específicos na área dos lacticínios”: “Saímos muito bem impressionados deste encontro, com aquilo que se estuda aqui, com o que se desenvolve, com o que se investiga. A ligação à UAç será fundamental no futuro, porque temos de saber aproveitar toda a capacidade científica existente, de modo a criar novas condições de desenvolvimento para as nossas indústrias, nomeadamente na área dos lacticínios”.

O candidato do PSD/Açores quer que a região passe a ter “uma produção láctea mais valorizada, aproveitando o leite de qualidade que produzimos, mas transformando-o em produtos de excelência, em produtos de maior valor acrescentado para a nossa economia”.

“O nosso objetivo principal é criar mais emprego e dar mais oportunidades aos nossos jovens. Essas são as grandes metas a que nos propomos”, sublinhou.

“E estou esperançoso de que, a curto prazo, e também graças ao trabalho que a UAç tem vindo desenvolver, essa valorização dos nossos produtos seja uma realidade”, acrescentou Duarte Freitas.

“Queremos sustentar na investigação que se faz nos Açores a criação de riqueza. E assim criar mais emprego e diminuir as desigualdades, porque é também através da inovação e da ciência que os Açores podem crescer”, concluiu.



Portugal desvaloriza as comunidades na diáspora



O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, considera que Portugal tem desvalorizado o papel das comunidades espalhadas pelo Mundo. “Portugal não tem sabido valorizar a sua diáspora”, afirmou o líder social-democrata insular que interveio no primeiro painel do Fórum Madeira Global que reuniu na segunda e terça-feira, no Funchal, cerca de 150 elementos das diversas comunidades emigrantes madeirenses.

Miguel Albuquerque argumentou que “Portugal não tem uma estratégia há 30 anos” nesta matéria, sendo necessário tirar “vantagem” das comunidades para defender os seus interesses e deu como exemplo a África do Sul, “um país fundamental” neste continente e cuja cooperação seria “determinante” também para as situações de Angola e Moçambique.

“É preciso existir um país [Portugal] com uma nova mentalidade em relação às comunidades”, sustentou o

governante regional, opinando que as “universidades portuguesas podem ter um papel decisivo”.

Miguel Albuquerque insistiu que Portugal “tem de voltar-se para o exterior, apostando tudo na sua mais-valia, que é o mar, e posicionar-se como um país atlântico” e tem de “estar atento às alterações na Europa”.

O responsável também reafirmou a necessidade de ser criada “uma rede que junte as forças da ilha com as outras redes estabelecidas nas comunidades”, incluindo as segundas e terceiras gerações.

José Nascimento, representante da comunidade na África do Sul, defendeu durante um debate a necessidade de reforço da participação eleitoral dos emigrantes, propondo o aumento de quatro para oito deputados, do grupo parlamentar da emigração na Assembleia da República.

Ainda por “uma questão de justiça”, apontou que no parlamento madeirense deveria ser criado um círculo eleitoral com dois ou três deputados escolhidos nas comunidades de acolhimento.

“Solidariedade social”, “fiscalidade e investimento”, “a diáspora como afirmação da Madeira no mundo” e “a família madeirense no mundo, preocupações e anseios” são os temas em foco durante este fórum.

O secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, Sérgio Marques, destacou a importância deste tipo de iniciativas que tinham sido interrompidas em 2013, tendo o último congresso das comunidades madeirenses acontecido em 2000. Salientando que os madeirenses compõem uma comunidade “superior a um milhão de pessoas”, o governante realçou que “a Madeira afirma-se como uma região verdadeiramente global à conta da sua diáspora”.

Sérgio Marques falou ainda da “preocupação” com a situação na Venezuela, atestando ter “a perceção” que a comunidade portuguesa “quer resistir, quer ficar, quer manter-se” e os que estão a sair não optam por Portugal, mas países vizinhos - Brasil, Chile, Panamá, Colômbia, além dos Estados Unidos, Canadá”.



POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1025 • 14 DE JUNHO 1995 • PREÇO 100\$00



Contar com todos os portugueses ainda que não pensem da mesma maneira

Fernando Nogueira em Matosinhos em jantar de cerca de 4000 pessoas

4

Edição n.º 1025 do "Povo Livre", de 14 de junho de 1995. Manchete: "Contar com todos os portugueses ainda que não pensem da mesma maneira". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

Angola

Marco António Costa (*)

PSD, CDS, PCP e PS fizeram-se representar no VII Congresso do PCP, que fez uma intervenção profundamente temática dos desafios democráticos, económicos e sociais uma palavra de reconhecimento pelo relevo económico portuguesa.

Importa realçar que, aquando da nossa crise financeira, muitas empresas e trabalhadores portugueses, apoiando económica que se iniciou em 2013.

Igual importância para a nossa economia poderá ter a da sua economia, tornando-a menos dependente do

Na verdade, as empresas portuguesas, além das da dimensão certa para serem parceiros adequados a empresas oriundas de grandes economias, que pelo dominante e subjugadora da economia angolana.

O desenvolvimento económico e social será necessa-

Recordo que, apenas há 14 anos, Angola alcançou definitivamente o caminho da paz. Na decorrência da mesma foi realizada a desmobilização de mais de 250 mil combatentes das forças beligerantes e a integração de cerca de 90 mil destes na vida civil. A paz foi, por isso, o fator essencial para trazer estabilidade política a Angola e condição base para o início da construção de uma sociedade democrática, ainda com um longo caminho a percorrer.

Hoje, existem sinais encorajadores para o futuro. Se é indesmentível a necessidade de continuar a percorrer um longo e penoso caminho para combater a pobreza e as desigualdades sociais, também é verdade que existem indícios de mudança social que importa citar. O fim do conflito armado e conquista da paz trouxe um crescimento vertiginoso no número de crianças e jovens a frequentar ensino básico e se, em 2002, só 14 mil angolanos frequentavam o ensino superior, hoje são mais de 230 mil. A taxa de analfabetismo recuou de mais de 50%, para cerca de 34%. Na verdade, são números que impressionam duplamente pelo caminho percorrido, mas fundamentalmente pelo longo caminho que ainda há a percorrer para garantir uma base sólida de desenvolvimento social.

Certamente, há ainda muito a fazer e Portugal pode dar um contributo mais proativo no aprofundar da cooperação económica, social e cultural com Angola, tal como com os restantes países da CPLP, através de uma cooperação sem paternalismos, assente em pragmatismo, nomeadamente dando apoio a estes países no acesso a uma utilização mais eficaz e competente aos instrumentos e fundos europeus dedicados à cooperação, tal como franceses, italianos e espanhóis o fazem em prol de uma diplomacia económica mais 'agressiva'.

Como nota final, refiro que as polémicas que se instalaram nos media portugueses com uma das delegações secundarizaram as duras críticas que alguma imprensa angolana realizou a tal participação no Congresso do MPLA. Tais críticas têm o mérito de revelar pluralismo de pensamento e expressão desta imprensa.

(*) Vice-presidente do PSD



gresso Ordinário do MPLA em Luanda. Na circunstância, com ideológica, os representantes partidários abordaram as que Angola enfrenta, bem como a preocupação em deixar que o mercado angolano teve, tem e terá para a economia

económica e social de 2011, Angola foi porto de abrigo de o crescimento das nossas exportações e a recuperação

recente aposta das autoridades angolanas na diversificação petróleo.

vantagens que a língua comum lhes confere, dispõem este processo de diversificação, em contraponto com as seu gigantismo necessariamente assumirão uma posição

riamente o tema central dos debates social e político que se realizarão em 2017.

Cidadania completa aos 16

Paulo Cunha (*)

Se tudo correr normalmente, dentro de aproxima-
representantes locais para o ciclo autárquico 2017-2021. a questão da antecipação do direito ao voto para os 16

Votar é, não só um direito constitucionalmente ga-
com capacidade para tal. Assim sendo, afigura-se-me 16 anos a capacidade para constituir família e para cele-
atribui a maioria penal e responsabilidades várias ao simultaneamente a capacidade para escolher os seus re-
no Parlamento Europeu e na Presidência da República. que não valoriza nem dignifica a democracia, deixando de
nacionais. Ao argumento de princípio - a maioria penal não menos importante questão da responsabilidade. Como
obrigações cívicas e recusar-lhe simultaneamente a sua da maturidade? Não faz sentido!

É, pois, mais do que tempo do assunto passar a fazer
constantemente a dizer aos nossos jovens mais jovens para uma intervenção cívica construtiva, que a opinião deles é importante, e depois não os deixamos participar naquele que é o elemento-chave do processo democrático.

Enquanto representantes partidários, os deputados à Assembleia da República, de todos os partidos, nem deveriam hesitar em abraçar esta causa, pois as estruturas partidárias a que pertencem integram nas respetivas "jotas" muitos milhares de jovens com menos de 18 anos, reconhecendo-os como massa crítica nacional importante e incontornável.

No Portal do Eleitor da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna pergunta-se: "porquê votar?". E responde-se: "porque chegou finalmente o momento de intervires nos assuntos que te dizem, direta e indiretamente, respeito e que têm grande impacto na tua vida, em todos os domínios, sejam eles na educação, na saúde, no ambiente, na cultura, na segurança, só para referir alguns. Votando tens uma palavra na forma como o teu futuro se vai desenrolar, abrindo novas perspetivas e opções."

Haverá melhor argumento do que este para trazer para o processo eleitoral jovens que se encontram numa fase crucial na definição das suas vidas ao nível pessoal, profissional e social?



damente um ano Portugal vai a votos para a eleição dos À distância de um ano parece-me importante recuperar anos.

rantido, mas também um dever cívico de todo o cidadão como incoerente que um país reconheça aos jovens de brar um contrato de trabalho, ao mesmo tempo que lhe nível educativo, profissional e social, e não lhe reconheça presentantes nas Autarquias, na Assembleia da República, Para além da óbvia incongruência, esta é uma situação fora do processo eleitoral mais de 1,5 milhões de cidadãos e cívica deveria coincidir em termos de idade -, junta-se a pedir a um jovem sub-18, envolvimento, compromisso e participação no processo eleitoral, alegadamente por falta

parte da agenda política nacional. Não podemos estar que confiamos neles, que lhe reconhecemos capacidade

(*) Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alfândega da Fé, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 14h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Alfândega da Fé

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 17h00

ARCOZELO / NUCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se Assembleia do núcleo de Arcozele, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 17h00 na Junta de Freguesia de Arcozele, sita na Av. da Igreja, 279 - Vila Nova de Gaia - Quarteira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Arcozele

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A sede estará aberta, para o efeito, todos os dias das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Setembro de 2016 (Sábado), pelas 15h00, no Hotel Imperial - Aveiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política e partidária

3 - Outros assuntos

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Baião, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 17h00 na sede, sita na Rua de Camões - Campelo com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Barcelos, para reunir, no próximo dia 16 de Setembro de 2016 (Sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Av. Alcides de Faria, 270 - 1º D, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação político - partidária

GRIJÓ -SERMONDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do núcleo de Grijó e Sermonde, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 17h00 na Junta de Freguesia de Grijó, sita na Alameda do Mosteiro - Grijó, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Grijó e Sermonde

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A sede estará aberta, para o efeito, todos os dias das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 13 de Setembro de 2016 (terça-feira), pelas 21h00, no salão da Casa do Povo, sito na Av. António Maria da Costa nº 10 - CHACIM, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia para reunir no próximo dia 29 de Setembro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política;

2 - Diversos

NELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Nelas, para reunir no próximo dia 07 de Outubro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 no edifício Multiusos, sito na Praça do Município, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 01 de Outubro de 2016, (Sábado), pelas 21h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Lavradas, sita no Lugar da Igreja, - Lavradas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleições Autárquicas de 2017

2 - Outros assuntos relevantes para o concelho

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no

próximo no dia 23 de Setembro de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Vieira Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação dos novos membros da Comissão Política e Mesa da Assembleia

2 - Análise da situação política nacional e local

3 - Outras informações

QUARTEIRA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do núcleo de Quarteira para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 11h00 na sede, sita no CC Miravila, loja 4,- Quarteira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 11h00 às 13h00

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir no próximo dia 30 de Setembro de 2016 (sábado), pelas 21h00, no salão da Junta de Freguesia de S. João de Fontoura, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Aprovação do perfil do candidato às eleições Autárquicas de 2017

2 - Indicação do candidato

3 - Outros assuntos.

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Setembro de 2016 (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita no Centro Comercial Castilho, Loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação político-partidária

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Marta de Penaguião, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 14h00 na sede, sita na Rua Velha, Loja 3, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta, nesse dia, entre as 22h00 e as 24h00

- As urnas estão abertas das 16h00 às 18h00

SANDIM, OLIVAL, LEVER CRESTUMA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do núcleo da União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever, Crestuma - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 16h00 na sede, da ex - junta de Freguesia de Crestuma, sita na Av. da Saudade, nº 33 - Crestuma, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Sandim/Olival/Lever e Crestuma

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues na sede da secção sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, ao presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A sede estará aberta, para o efeito, nos dias úteis das 17h00 às 21h00

- As urnas estão abertas das 16h00 às 20h00

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 09 de Outubro de 2016, (domingo) pelas 14h30 na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A sede estará aberta, para o efeito das 09h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 14h30 às 19h00

**I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD**

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 8 de Outubro de 2016, pelas 14h30, no Hotel Dom Pedro Golf Resort sito na Rua Atlântico em Vilamoura, no concelho de Loulé. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Eleição dos representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD;

3 – Análise da situação política;

4 – Outros assuntos.

Notas:

No que concerne às eleições previstas no n.º 2 da Ordem de Trabalhos, as urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 17 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Nacional ou a quem, estatutariamente, a possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior à Eleição, na Sede Nacional da JSD.

CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 17 de Setembro, pelas 15h30m, na Quinta do Crestelo sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, 6270-909 Seia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação e cumprimentos institucionais da Mesa do Congresso e breve explicação do modo de funcionamento dos Conselhos Distritais;

2 – Análise e balanço dos primeiros seis meses do mandato da Comissão Política Distrital;

3 – Eleições autárquicas de 2017;

4 – Outros assuntos.

ALBERGARIA – A – VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Albergaria-a-Velha, para reunir no dia 8 de Outubro de 2016, pelas 21 horas, na sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Ent. 4, em Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição para a Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 21h até às 23h.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vila do Conde, para reunir entre as 17h

e as 20h do dia 8 de Outubro de 2016, na sede do PSD de Vila do Conde, sita na Avenida da República, nº7, Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Vila do Conde.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Concelhia de Vila do Conde, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Vila do Conde, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário Concelhio da JSD Esposende para reunir no dia 23 de Setembro de 2016, pelas 19.30, na sede do PSD Esposende com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Balanço do primeiro ano de mandato;

2 – Apresentação de plano de atividades;

3 - Análise da situação política.



Manuel Pereira Gomes
Presidente do Secretariado Distrital

Manuel Monteiro
Presidente da Assembleia Distrital

Para a direção do Povo Livre

Lisboa

Assembleia Distrital dos TSD do Distrito do Porto

Dia 10 de Outubro de 2016

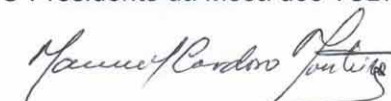
Nos termos da alínea g) do art.º 44 dos estatutos e do nº1 do artº3 do regulamento eleitoral para os órgãos locais dos TSD, convocam-se todos os membros da assembleia Distrital dos TSD /Porto, para reunirem em sessão extraordinária no dia 10 de Outubro de 2016, entre as 21h30 e as 22h30, na sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro 64, no Porto com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: eleição de 72 delegados à assembleia Distrital do Porto do PSD.

Porto 29 de Agosto de 2016

O Presidente da Mesa dos TSD/Porto


Manuel Cardoso Monteiro